

2

Categorias teóricas

2.1

Desenvolvimento Sustentável ou Modelos de Sustentabilidades?

A palavra desenvolvimento é o ato ou efeito de desenvolver-se; desenvolvimento, adiantamento, crescimento, aumento, progresso, estágio econômico, social e político de uma comunidade, caracterizado por altos índices de rendimento dos fatores de produção, dos recursos naturais, o capital e o trabalho. A palavra sustentável é o que se pode sustentar, ou seja, suportar, apoiar, ratificar, conservar, manter, amparar, conservar a mesma posição; sustentar-se, equilibrar-se.

O significado das palavras que compõem o termo Desenvolvimento Sustentável demonstra, por si só, o risco em querer simplificar, sintetizar, ou unificá-lo numa definição. Ao se contrapor palavras e expressões de sentidos opostos como sustentar-se e desenvolver-se, ou mesmo crescimento econômico e conservação ambiental, conseqüentemente gera-se uma polêmica sobre esse tema, constante em todos os debates políticos da atualidade. Essa polêmica por sua vez possibilita uma relação complexa, sendo que ambas não são geradas exclusivamente por essa oposição de significados, mas são em parte expressas por ela. Querer dar uma proposta analítica com uma definição única ao desenvolvimento sustentável é hoje uma tarefa muito desafiadora em vista da polêmica atual da proposta. Por ser uma expressão relativamente nova, possui conotações distintas por muitos e, por outro lado, apresenta também divergências de opiniões.

VIEIRA (2002) nos fornece um histórico da construção recente do termo desenvolvimento sustentável elaborando uma evolução do conceito através de convenções e instituições supranacionais. Resumidamente, a expressão desenvolvimento sustentável surge pela primeira vez em 1980¹ no documento

¹ Apenas como referência recomendamos também artigo de **Bernd Marquardt**, onde o autor ao estudar a história “*medioambiental*” se surpreende com a antiguidade do conceito de sustentabilidade, ao encontrar referência ao mesmo em artigo de 1713 na Alemanha. **IN:**

denominado World Conservation Strategy, produzido pela IUCN e WWF, por solicitação da PNUMA. Para a comissão, conhecida como Brundtland (1982) o conceito de desenvolvimento sustentável seria entendido “como aquele que atende às necessidades das gerações presentes, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades”. A referida comissão encerrou seus trabalhos em 1987, produzindo um relatório chamado “Nosso futuro comum”, formulando princípios do desenvolvimento sustentável. Tais princípios foram importantes na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), mais conhecida como RIO-92. O conceito de desenvolvimento sustentável na RIO 92, “manteve o equilíbrio dos dois conceitos – meio ambiente e desenvolvimento... sob a ótica da multidisciplinaridade que lhe é inerente” Vieira (2002). Observamos que o Desenvolvimento Sustentável implica por fim, a incorporação de critérios e considerações ambientais na definição de políticas e de planejamento de desenvolvimento.

Não podemos esquecer que a RIO-92, por ser uma Conferência mundial de grande repercussão social e política, ajudou na concretização e no amadurecimento de uma preocupação com o futuro do planeta, internacionalizando as preocupações de muitos movimentos sociais ambientalistas, muitos deles originados desde a década de 60. Sem dúvida outras Conferências, como a de Estocolmo (1972), foram também importantes no processo condicionante para o surgimento do termo desenvolvimento sustentável, servindo também de inspiração para a Conferência Rio-92. Após 10 anos da RIO 92 realizou-se a Cúpula de Joanesburgo conhecida como Rio+10 onde houve participação intensa e ativa de ONGs e outros movimentos da sociedade civil, consolidando a questão geopolítica, na escala mundial, sobre a importância de uma proposta desenvolvimento sustentável.

Embora concordemos que haja uma ampliação no uso comum do termo desenvolvimento sustentável, veja-se que o mesmo encontra-se muito empregado nas esferas políticas e empresariais, não podemos negar que academicamente tratá-lo como conceito implica ainda em problemas e contradições. O próprio significado da palavra sustentável carrega uma contradição em relação ao modelo

MARQUARDT, Bernd. História de la sostenibilidad. Un concepto medioambiental en la historia de Europa Central(1000-2006). **História Crítica**, nº32, pp.172-197, Bogotá, Jul./Dec.2006.

de desenvolvimento proposto ao longo do século XX, que socialmente e ecologicamente é em si mesmo insustentável. Nesta perspectiva surgem as divergências entre diversos autores no que se refere ao uso da palavra “desenvolvimento sustentável” e sua caracterização como um conceito. Não podemos esquecer que o mundo pós Segunda Guerra e, sobretudo, no final do século XX, muda num ritmo nunca antes visto na história. A modernização da tecnologia e da ciência em conjunto com o modelo de desenvolvimento econômico dominante, criou transformações significativas na vida das pessoas, das sociedades e do planeta. Paradoxalmente essas transformações acabaram também gerando uma crise sem precedentes na história, constituindo um grande desafio para o presente milênio superar essa crise. Esta crise gera impactos no planeta como um todo, consequência da opção pelo modelo de desenvolvimento social e ecologicamente insustentável. A pergunta que fazemos é a seguinte: Será que este modelo de desenvolvimento da sociedade atual é compatível com as novas propostas de sustentabilidades?

Destacamos anteriormente em FONSECA (2001), que o uso do termo Desenvolvimento Sustentável vem acompanhado de discursos opostos, relacionados com a crise da modernidade e da própria noção de desenvolvimento, causando na tríplice relação homem/sociedade/natureza consequências catastróficas. Dentro do contexto histórico essa crise é inigualável, pois todas as mazelas agiram como um vírus “adoecendo” o planeta. Estas se encontram de maneira tão elevadas que se não houver uma modificação nos hábitos subjetivos e sociais, e na relação desses com a natureza, certamente estaremos caminhando para um desfecho autodestrutivos. Auxiliando nossa linha de raciocínio temos:

“A problemática ambiental emerge como uma *crise de civilização*: da cultura ocidental; da racionalidade da modernidade; da economia mundo globalizado. Não é uma catástrofe ecológica nem um simples desequilíbrio da economia. É a própria desarticulação do mundo ao qual conduz a coisificação do ser e a superexploração da natureza” (LEFF 2006)

Neste contexto o termo Desenvolvimento Sustentável aparece, para alguns, como o redentor da situação, criando a perspectiva de que a sua aceitação por parte dos povos asseguraria um mundo salutar alicerçado, na sustentabilidade ecológica e, levando-se em conta os aspectos sociais e ambientais das gerações atuais e futuras.

Para nosso trabalho a proposta de desenvolvimento sustentável encontrar-se-á desdobrada em propostas de dimensões e critérios de sustentabilidades², o que ainda é considerado um conceito em construção. Isso nos submete novamente ao perigo de cair no erro simplista de querer lhe impor um caráter global, uma vez que os conceitos atuais de sustentabilidades são aplicados principalmente em escalas locais e regionais. No entanto há de se reconhecer que há uma dimensão, propiciada principalmente pela tecnologia da informação, que se configura através de princípios básicos compartilhados globalmente. A própria natureza complexa da questão ecológica, imprime ao desenvolvimento sustentável uma revisão periódica dentro de um processo construtivo. Nesse aspecto é importante lembrar a afirmação de Capra:

“Baseando-nos no entendimento dos ecossistemas como redes autopoieticas e como estruturas dissipativas, podemos formular um conjunto de princípios básicos da ecologia e utiliza-los como diretrizes para construir comunidades humanas sustentáveis”(CAPRA 2001, pag.25).

2.1.1

Outras Considerações Sobre o Desenvolvimento Sustentável

As crises socioambiental e ética do momento histórico presente desenvolveram-se num mundo de economia internacional globalizada, constituindo assim, entre outros fatores, um dos obstáculos na implementação dos modelos de sustentabilidades socioambientais. Por outro lado surgem inúmeras possibilidades de se construírem novas racionalidades que possam servir de referência para contornar a mesma crise. Nosso trabalho será basicamente encontrar essas referencias em projetos de desenvolvimento local relacionados ao Município de Rio das Ostras. Nos apoiando nesse sentido recordamos a seguinte reflexão:

“Parece, ainda, necessário refutar o desenvolvimento na maneira como tem se apresentado: uma manifestação de desigualdades sociais e espaciais, fruto de modelos de dominação impetados no pós-Segunda Guerra, inseridos, entretanto, em um movimento de imperialismo/colonialidade que data de mais de 500 anos. Mas o que colocar no lugar, um pós-desenvolvimento? Será que um outro desenvolvimento é possível?” (RUA 2007, pag.5).

² Mais adiante apresentaremos as dimensões e critérios de sustentabilidades que nos darão base conceitual. Dentro de um vasto estudo acerca da sustentabilidade, resolvemos trabalhar com dois autores em nossa base conceitual: Guimarães (1997) para dimensões, e Sachs (2002) para critérios.

Se de um lado existe a necessidade ética de mudanças, por outro, as experiências locais de sustentabilidades insinuam um novo paradigma que tenta emergir das cinzas, mesmo diante da realidade dominante. Estas contradições de tendências expressam perguntas: será o desenvolvimento sustentável compatível ou não com o modelo de modernização em curso? Serão as propostas de desenvolvimento sustentável realmente tentativas de acabar com os impactos negativos dos processos globais de degradação do meio ambiente? Ou serão apenas disfarces para a manutenção do modelo atual?

Sobre as possíveis insuficiências no discurso e propostas sobre o desenvolvimento sustentável e a necessidade de uma análise crítica Guimarães afirma:

“...em síntese, se a proposta de desenvolvimento sustentável parece plenamente justificável e legítima, a sua aceitação generalizada tem se caracterizado por uma postura acrítica e alienada em relação a dinâmicas sócio-políticas concretas. Para que tal proposta não represente apenas um enverdecimento do estilo atual, cujo conteúdo se esgotaria no nível da retórica, impõe-se examinar as contradições ideológicas, sociais, e institucionais do próprio discurso da sustentabilidade, bem como analisar distintas dimensões de sustentabilidade – ecológica, ambiental, social, cultural e outras” (GUIMARÃES 1997, pag.17).

Trataremos a seguir das dimensões de sustentabilidade que nos servirão de apoio para uma análise de propostas de desenvolvimento local no Município de Rio das Ostras no presente trabalho.

2.1.2

As Diferentes Dimensões de Sustentabilidades

Na realidade, o sistema político atual apresenta uma contraposição: por um lado, todos concordam que o estilo atual está se esgotando mostrando-se claramente insustentável do ponto de vista econômico, ambiental e social. Por outro lado, propõem-se medidas para concretizar algumas mudanças nas instituições econômicas, sociais, e políticas que dão sustento ao estilo vigente. Muitos discursos começam na catástrofe e terminam na esperança da sustentabilidade, ocultando muitas vezes suas contradições profundas. O modelo de internacionalização da economia não contribui muito para a possibilidade de novas sustentabilidades, já que a mesma requer um equilíbrio maior na divisão da riqueza entre os países, principalmente para os chamados periféricos onde a

degradação ambiental está intrinsecamente ligada a sua condição de pobreza. “Coincidentemente, nos países socialmente mais pobres é que estão localizadas as principais reservas da biodiversidade do planeta e a maior parte dos recursos naturais” Guimarães (1997). Ligada a essa temática aparece o dilema da privatização da natureza que, em suas bases intencionais firmadas justamente na manutenção da biodiversidade e dos recursos naturais desses países, age dentro de um modelo de política neoliberal. Sobre este assunto Guimarães afirma :

“Antes de identificar possíveis caminhos para transformar tais condições em desafios, o que pretendo realizar descompondo o conceito de desenvolvimento sustentável em dimensões que lhe conferiram sentido real, convém sublinhar as insuficiências da proposta neoliberal para resolver tais situações” (GUIMARÃES 1997, p.34).

Acreditamos que deveria haver uma coerência tanto do setor financeiro como do Estado, e ambos subordinados aos interesses da sociedade civil, integrando os valores éticos culturais e ambientais às dimensões das sustentabilidades. Vamos tentar identificar essa coerência em projetos de desenvolvimento de cunho socioambiental no Município de Rio das Ostras. Voltamos então à pergunta formulada anteriormente: Quais são estas múltiplas expressões das chamadas sustentabilidades? Cabe aqui destacarmos os diferentes conceitos de sustentabilidades Guimarães (1997), aborda sete dimensões, a saber:

1) sustentabilidade ecológica do desenvolvimento, segundo o autor, refere-se a uma base física do processo de crescimento conservando e racionalizando o uso do estoque de recursos naturais utilizados nas atividades de natureza produtiva, de maneira que a taxa de utilização dos recursos renováveis deve ser equivalente a taxa de recomposição. Para os recursos não-renováveis a taxa de utilização deve equivaler à taxa de substituição desses mesmos recursos no processo produtivo, levando em conta o tempo previsto para seu esgotamento limitando o ritmo de sua utilização ao ritmo de desenvolvimento ou descobrimento de novos substitutos.

2) sustentabilidade ambiental refere-se à manutenção da capacidade de carga dos ecossistemas para absorver e recuperar as ações antrópicas, como no caso da emissão de efluentes, despejos químicos industriais e esgoto doméstico, onde a taxa de emissão deve equivaler à taxa de regeneração. O autor ainda revela

que tanto as taxas de recomposição para recursos naturais, como as de regeneração para os ecossistemas podem ser inseridas num esquema de mecanismo de mercado e tratadas como “capital natural” onde o princípio de se reduzir taxas e tarifas fossem dados como subsídios e negociados em mercados.

3) sustentabilidade demográfica é aquela que resulta da interação da problematização das duas anteriores, juntamente com a inclusão por critério de política pública e dos impactos da dinâmica demográfica, através da incorporação das taxas esperadas de crescimento da população, sua composição etária e outras variáveis, para uma gestão de base de recursos naturais e de capacidade de carga ou recuperação dos ecossistemas.

4) sustentabilidade cultural refere-se e dirige-se a uma integração nacional ao longo do tempo onde às minorias tenham seus direitos constitucionais requeridos através de sua incorporação e participação direta na formulação de políticas concretas que visem à proteção de seus costumes, a educação bilíngüe, preservando sua língua nativa, a demarcação de seus territórios devidamente legalizados e fiscalizados, o respeito a sua religiosidade, saúde comunitária, introdução de incentivos e direitos agrícolas que garantam a conservação da biodiversidade e de variedades agrícolas.

5) sustentabilidade social que é basicamente um caminho para a melhoria da qualidade de vida especialmente nos países periféricos onde a desigualdade e a exclusão social, a distribuição injusta de bens, serviços e de renda, políticas ineficientes de educação, saúde, habitação e seguridade social, ainda são manchas escuras muito visíveis na realidade do quadro social. Complementando esse assunto com o mesmo autor temos:

“A execução de uma estratégia de desenvolvimento socialmente sustentável requer ainda um critério macro-operacional que permita a análise das vinculações entre diferentes opções econômicas globais e suas implicações para a consecução dos objetivos de equidade e de superação da pobreza” (GUIMARÃES 1997, pag.41).

Na sustentabilidade social o crescimento do setor produtivo deve estar associado a uma equidade de crescimento das prioridades das classes sociais, associados ao crescimento do setor agropecuário visando à diminuição do êxodo. Há também o favorecimento da pequena e média empresa apoiado pela

formalização do setor para dar tributos ao trabalhador juntamente com uma reforma agrária que reverta a atual capitalização nociva da agricultura que causa degradação ambiental. O fortalecimento de políticas públicas e tributárias que promovam uma redistribuição dos recursos naturais do centro para periferia, além da revitalização do poder local juntamente com o resgate e a preservação de valores éticos ambientais que é uma condição efetiva para toda a realidade social latino-americana. Nossa dimensão de análise não poderá abarcar a totalidade de ação do poder público e, ou privado, ou de natureza civil, no Município de Rio das Ostras, pois seria demasiadamente complexa para nossa proposta. Faremos uma análise pontual do Plano de Manejo das Unidades de Conservação e especificamente do Parque Municipal dos Pássaros. Mas isso não impede de discutirmos um pouco mais a fundo as nossas bases conceituais.

6) sustentabilidade política do desenvolvimento está estreitamente vinculada ao processo de formação e construção da cidadania com a plena inclusão dos indivíduos ao processo de desenvolvimento através da democratização da sociedade e respectivamente do Estado. A sociedade civil e as organizações comunitárias e sociais são importantes, requerendo uma redistribuição de recursos e informações, além de uma abertura maior para sua capacitação e participação nas tomadas de decisões. Para a relação entre as diferentes alianças de diferentes grupos sociais com um Estado consciente de sua responsabilidade política na atividade pública, na execução de uma verdadeira mudança de estilo, um consenso baseado no respeito a essas diferenças é um dos fatores fundamentais. O Estado mesmo ainda cheio de seqüelas e polarizações indevidas, ainda se configura como ator fundamental para superar a crise política que está muito longe de se abrir a uma proposta de sustentabilidade, requerendo uma mudança em sua estrutura interna e nas suas bases. O Estado latino-americano de uma maneira geral tem de se abrir para essa mudança, para ordenar a luta de interesses, orientando o processo de desenvolvimento forjando um pacto social com alternativas de solução à crise de sustentabilidade.

7) sustentabilidade institucional projeta no próprio desenho das instituições que regulam a sociedade e a economia as dimensões sociais e políticas da sustentabilidade em seus conteúdos macros. A sustentabilidade institucional

requer em sua forma mais ampla uma mudança por parte do sistema impositivo em sua base sobre o capital e o trabalho através de um norteamento pela “carga ambiental”, que seria uma redefinição da contabilidade nacional, patrimonial e empresarial em detrimento da lógica da sustentabilidade. Um determinado estilo de desenvolvimento só assumira um signo sustentável nas diversas dimensões apontadas à medida que alguns critérios mínimos de política ambiental e social assumam o caráter de política de estado, em vez de política de governo.

Além das dimensões propostas acima por GUIMARÃES (1997), também nos basearemos na proposta de SACHS (2002), que estabelece os “Critérios de Sustentabilidade”. O autor nos alerta que é necessário traçar um caminho para além do crescimento econômico numa visão integradora, principalmente dos setores da ciência econômica que na Conferência de Estocolmo previam a *abundância* em oposição àqueles que eram *catastrofistas*. O crescimento demográfico e econômico associado ao crescimento e imposição social do consumo, seriam para estes, o anúncio de um apocalipse imediato. Já aqueles, achavam que as preocupações ambientais iriam atrasar e inibir os esforços dos países em desenvolvimento, rumo a uma equivalência com os países desenvolvidos, via industrialização. É necessário segundo o autor, que mesmo que se considere positiva uma reformulação do crescimento em suas modalidades e usos, distinguir padrões que levam a um verdadeiro desenvolvimento ao contrário daqueles que levariam a um retrocesso ou a uma involução. O autor nos acrescenta com a seguinte afirmação:

“Quer seja denominado de eco-desenvolvimento ou desenvolvimento sustentável, a abordagem fundamentada na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos não se alterou desde o encontro de Estocolmo até as conferências do Rio de Janeiro, e acredito que ainda é válida, na recomendação da utilização dos oito critérios distintos de sustentabilidade parcial” (SACHS 2002).

Os oito critérios estabelecidos por SACHS (2002), apresentados a seguir, são:

1. Critério social:

Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; distribuição de renda justa; emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.

2. Critério cultural:

Mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); capacidade de autonomia pela elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas); autoconfiança combinada com abertura para o mundo.

3. Critério ecológico:

Preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis; limitar o uso dos recursos não-renováveis.

4. Critério ambiental:

Respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.

5. Critério territorial:

Configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); melhoria do ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais; estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguros para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo eco-desenvolvimento).

6. Critério econômico:

Desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; segurança alimentar; capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; inserção soberana na economia internacional.

7. Critério de política nacional:

Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; um nível razoável de coesão social.

8. Critério de política internacional:

Eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional; um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco); controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); e gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade; sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de *commodity* da ciência e tecnologia, também como prioridade da herança comum da humanidade.

2.1.3

Sustentabilidades e Espiritualidade

Além dessas dimensões tratadas pelos autores anteriormente referidos, existem outras que merecem ser destacada, a saber: a sustentabilidade ética e a sustentabilidade espiritual. Ambas estão intrinsecamente relacionadas, e dizem respeito aos valores pessoais e sociais a serem seguidos por aqueles que se comprometem com as propostas de sustentabilidades.

No que diz respeito à sustentabilidade espiritual, sabemos que a temática é bastante complexa, envolvendo muitas abordagens teológicas e diferentes olhares de espiritualidades orientais e ocidentais. Consciente dessa complexidade, optamos pela escolha de um teólogo brasileiro, Leonardo Boff, que nos últimos anos vem se dedicando em escrever sobre esta temática. Assim, usaremos aqui as concepções de espiritualidade trabalhadas por BOFF (1993), para ressaltarmos a importância da dimensão espiritual em propostas conceituais, teóricas ou práticas onde se pretenda alcançar metas para sustentabilidade, inclusive para a análise proposta em nosso trabalho. Essa perspectiva da espiritualidade é concebida como radical para o autor que delimita o conceito como:

“É toda a atividade ligada ao espírito, entendido como distinto e até contraposto ao corpo. O ser humano é representado como um composto unitário de corpo-espírito. A

espiritualidade trabalha uma das dimensões do humano aquela relacionada com o espírito. Pertencem ao espírito a reflexão, a interiorização e a contemplação”. (BOFF 1993, pág.164).

Dentro dessa perspectiva³, acreditamos que a dimensão espiritual da sustentabilidade é uma realidade a ser somada a outras dimensões, pois a partir desse olhar reflexivo e contemplativo, onde os valores do espírito estão unidos com os valores antropológicos e cosmológicos, é que encontraremos alternativas sustentáveis para reverter a crise causada por modelos insustentáveis apoiados na visão utilitarista da natureza, na racionalidade quantitativa que acompanha essa visão, na fragmentação da ciência, na sociedade do consumo e do desperdício, na perda da visão cosmocêntrica, entre outras mazelas que caracterizam a insustentabilidade da sociedade moderna atual.

No presente estudo, tentaremos identificar na análise do Plano de Manejo das Unidades de Conservação de Rio das Ostras, propostas que tragam relações com a espiritualidade, expostas pelo autor, mesmo que indiretamente. Faremos sempre que possível, referência a esta concepção nos Planos de Manejo, que promovam para estes espaços a reflexão, a interiorização e a contemplação sobre a natureza por parte da população local e dos turistas.

Inspirados pelas reflexões de Leonardo Boff, para nós, espiritualidade é uma mediação que atua no processo de transformação da sociedade, permitindo a conexão da dimensão subjetiva e interior da pessoa com as suas diferentes práxis na vida em sociedade. Uma espiritualidade encarnada na vida pessoal e social é uma fonte que orienta a existência humana para a afirmação da mesma, de sua promoção, de sua defesa e de sua integralidade. Por outro lado, potencializa o sujeito para a sua relação com os outros, com a sociedade, com o transcendente e com a natureza. Nesse sentido, recordamos a afirmação de Boff:

“A espiritualidade representa um verdadeiro projeto de vida: viver a vida como ternura para com a sua própria vida, afirmar a vida dos outros humanos, especialmente daquelas cuja vida é encurtada iniquamente, e apreciar a vida em todas as suas manifestações cósmicas, desde o primeiro movimento da matéria subatômica que está cheia de energia e de intencionalidade até as formas mais manifestas de vida vegetal e animal”. (BOFF 1993, Pág.165).

³ Através desta concepção o autor acaba destacando a necessidade do ser humano recorrer ao “espaço físico do recolhimento” para apaziguar as pulsões corporais, tranquilizar os sentidos, e assim, procurar manter o equilíbrio em face da exacerbação dos apelos que a vida cotidiana e a cultura da sociedade moderna provocam nos sentidos corporais (BOFF 1993, p.166).

Acreditamos assim que a dimensão espiritual da sustentabilidade deve ser a diretriz para estabelecer o resgate ético, através da mudança de postura de pessoas, grupos humanos, governos e instituições. Segundo reflexões do autor, essa perspectiva espiritual cria um modo de agir, uma vontade de mudança e um desejo profundo de construção da justiça, voltado para a libertação do ser humano. Tudo isso é fruto de uma caminhada na qual se une exterioridade e interioridade, denominada pelo autor como mística.

O referido autor reconhece que é necessário encarar a realidade de que o processo histórico-social é de caráter estrutural, e as alienações desse processo são de longa duração, assim como deve ser o processo de libertação. Considerando que toda prática social possui uma dimensão simbólica, é nessa vastidão de simbolismos em que a espiritualidade vai se alimentar e se expressar.⁴

Somos solidários com o autor quando afirma que a crise atual, nada mais é do que o reflexo de uma crise interior do próprio ser humano, que apesar de toda tecnologia que dispõe no mundo, não consegue superar as contradições éticas dos hábitos e costumes insustentáveis.

Para finalizar esta brevíssima abordagem sobre a sustentabilidade espiritual, não podemos esquecer outros autores⁵ modernos que, embora não sendo teólogos, procuram afirmar a importância da dimensão espiritual na abordagem da sustentabilidade. Entre muitos, destacamos a socióloga e escritora Nancy Manguabeira Unger. Citaremos apenas uma frase da autora que está relacionada com a referida abordagem:

“Um dos traços marcantes da reflexão que hoje repensa o político é a consciência de que é preciso ir aos fundamentos civilizacionais e espirituais da crise em que vivemos. Esta crise é a expressão de uma sociedade fragmentada, de uma civilização que dissociou corpo e espírito, luz e mistério, ser humano e cosmo... Para isso somos chamados a uma mudança de consciência, um repensar de quem somos e de qual o nosso lugar no Todo” (UNGER 1991 pag. 15).

Mesmo que sejam abordagens com enfoques distintos, não podemos negar que, dentro de uma visão mais holística da realidade, a espiritualidade está

⁴ É fundamental que se dissemine a noção e a importância da espiritualidade, do equilíbrio entre os elementos da natureza e o próprio equilíbrio do corpo humano para estabelecer a base e figurar no imaginário da sociedade, a esperança, o desejo e a prática de um modelo de desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

⁵ Também nos servirá de base com seu excelente trabalho sobre Espiritualidade e Meio Ambiente, onde o autor revela Os sete grandes pecados contra a natureza. (SIQUEIRA 2008)

relacionada com a ética da sustentabilidade. Sobre isso Ribeiro faz a seguinte reflexão:

“A consciência cósmica das tradições espirituais é elemento central que expande a abrangência da ética ecológica. Essa consciência cósmica, presente em várias tradições espirituais e também na astrofísica mais avançada, focaliza o universo, extrapola a visão geocêntrica da ecologia superficial e fortalece a percepção cosmocêntrica que se aproxima da visão das antigas tradições espirituais. Nessa escala, o local é o global do planeta, e agir localmente significa atuar para as mudanças evolutivas, socioculturais, econômicas, e políticas necessárias à civilização sustentável (...) A transmissão de valores ecológicos por meio das tradições espirituais pode facilitar mudanças de comportamento em direção a padrões sustentáveis de consumo cujas pressões sobre a natureza sejam suportáveis. Valores pós-materialistas ou neo-espiritualistas são necessários à civilização, que exige práticas de consumo material sustentável para que a espécie humana possa sobreviver. Nesse contexto, as religiões atuam como bancos de valores éticos que incluem a solidariedade, bem como a ênfase no aprimoramento individual e na purificação pessoal” (RIBEIRO 1998).

Vê-se que a partir da opinião do autor, o aprimoramento do ser humano em relação ao seu mundo é um fator fundamental para a evolução de uma sustentabilidade socioambiental. Nesta mesma linha Boff recorda que:

“A nova ordem ética deve encontrar outra centralidade. Deve ser ecocêntrica, deve visar o equilíbrio da comunidade terrestre... Não estamos apenas diante de uma só terra. Mas de um só cosmos, com todos os seus corpos, partículas e energias, constituindo uma única comunidade interdependente... O ser humano não é apenas um ser de desejos. Somente o desejo torna-o egoísta ou mimético. Ele é muito mais, pois é também um ser de solidariedade e de comunhão. Quando assume a função/vocação de administrador responsável, de anjo da guarda e de zelador da criação, então ele vive a dimensão ética inscrita em seu ser”(BOFF, 1993 pag.35).

Outros autores como SIQUEIRA (2008), destaca a importância da relação entre ética e espiritualidade no processo da sustentabilidade socioambiental.

O autor procura fazer uma reflexão norteadada pela idéia de que, os princípios e fundamentos de uma espiritualidade, relacionada à natureza, estão profundamente articulados com a própria vida humana. A perda da visão de totalidade do ser humano tem contribuído para acelerar a desintegração entre pessoa humana e o mundo circundante, tanto na escala local como planetária. Segundo o autor:

“Na esperança de salvar este meio que ainda nos resta, muitas mediações científicas, tecnológicas, humanísticas, entre outras, vêm buscando soluções para equacionar a problemática ambiental. Dentre elas, destacamos a ética e a espiritualidade, pois essas são imprescindíveis nas mudanças de paradigmas que visam uma sociedade mais sustentável, onde as relações sociais e ambientais estão profundamente imbricadas. A ética por se tratar da mudança fundamental e necessária dos hábitos e costumes, e a espiritualidade, pela mística inspiradora que proporciona o resgate das relações do ser humano com Deus e com a Natureza”. (SIQUEIRA 2008, pág.7).

A primazia de uma ótica com uma visão utilitarista, segundo o mesmo autor, é consequência da perda da visão teológica da criação, da relação da sociedade com a natureza e da concepção fragmentária do mundo que perde a cosmovisão integradora. Infelizmente são esses os princípios que predominam na cultura moderna do consumismo globalizado, e se configuram como posturas contrárias aos princípios e fundamentos da vida humana.

2.1.4

Sustentabilidades e Ética

Como vimos anteriormente, o conceito de Desenvolvimento Sustentável, apesar de sua evolução nas esferas políticas e empresariais, ainda carrega contradições na esfera acadêmica, principalmente porque a palavra sustentável é muitas vezes utilizada para expressar valores que eticamente são contraditórios com o modelo de desenvolvimento vigente, valores estes que, por natureza, são insustentáveis. O cuidado com o uso do termo se faz presente neste trabalho, pois a análise que faremos do Plano de Manejo das UC's do Município de Rio das Ostras está baseada em escalas de valores da sustentabilidade local, mesmo que por atores e agentes envolvidos no processo, seja tratado pelos gestores e administradores municipais com o binômio “desenvolvimento sustentável”.

No presente sub-capítulo, em nossa reflexão tentaremos mostrar a importância da ética nos valores que permeiam as diferentes sustentabilidades.

Dentro de uma perspectiva socioambiental, Siqueira afirma:

“No entanto existe uma questão mais profunda que não pode ser deixada de lado, a saber, a dimensão ética do meio ambiente. Somente ela pode oferecer às pessoas um conjunto de princípios e condutas normativas, melhorando as relações entre o cidadão, a sociedade e o espaço ambiental... Daí a importância de uma reflexão ética sobre a problemática, contribuindo na mudança da mentalidade e do comportamento concreto das pessoas dentro dos diferentes espaços socioambientais” (SIQUEIRA 2002, pág.9).

O mesmo autor, ao tratar da questão semântica da ética e a sua importância na construção de valores na sociedade moderna, nos mostra que:

“A ética é a ciência da práxis, palavra esta entendida aqui como conjunto de atividades humanas voltadas para a criação de condições imprescindíveis à existência do homem na sociedade e tem como objeto a normatividade social... O estudo filosófico da ética nos

ensina que esta possui uma estrutura formada pelo *ethos e o hexis*. O *ethos* é o costume, procedente da natureza do homem. O *hexis* é hábito ou o comportamento adquirido, procedente do agir do homem” (SIQUEIRA 2002, pág. 19).

A partir dessas duas afirmações, acreditamos nas propostas de sustentabilidades, devem estar explícito a dimensão do *ethos* e do *hexis*, pois somente mudando hábitos (*hexis*) insustentáveis para hábitos ambientalmente corretos e socialmente justos é que conseguiremos formar costumes (*ethos*) verdadeiramente sustentáveis. Essa relação ética de novos valores deve ultrapassar as fronteiras de classe, sexo, raça e nação.

No entanto, para se chegar a esse ideal ético, é preciso superar algumas barreiras existentes. Dentre estas, temos a barreira da relação harmoniosa e conflitiva entre homem e natureza.

Segundo GÓMEZ-HERAS (1997) “foi a partir do Renascimento que dois tipos distintos de interpretação da natureza surgiram”: um ligado ao ideal galileano-cartesiano de ciência, com forte acento na quantificação e formalização matemática da natureza, e outro relacionado com a dimensão qualitativa e valorativa da natureza. A primeira acabou por se expandir ao longo da história, impondo suas regras nas ciências modernas. Segundo o mesmo autor (tradução nossa):

"A crise ecológica lança nova luz sobre o legado da modernidade e suas patologias. O sistema econômico, industrial e a exploração implacável da natureza, que praticam correspondem à lógica da racionalidade com resultados tecnológicos. Nela a ação humana parece alheia a qualquer questão relativa à validade e justificação ética. As justificativas morais tradicionais, inclusive de cosmo visões religiosas e metafísicas, perdem força à medida que são evacuadas pela ciência." (GOMEZ-HERAZ 1997,P.23)

Outro autor que ultimamente vem contribuindo para a relação entre ética e sustentabilidades é Enrique Leff. Para ele, é preciso entender os processos de construção da chamada racionalidade ambiental. Dentre as diversas racionalidades existentes, é preciso construir uma nova racionalidade, denominada por ele de racionalidade ambiental. Para tanto é preciso fundamentá-la recuperando o conceito de racionalidade em Max Weber⁶ (que é fundamental para sua análise da constituição da sociedade moderna) e incorporando-a na problemática atual da sustentabilidade. Para Weber, os pensamentos e ações que se realizam nas esferas econômicas, políticas e ideológicas, que legitimam determinadas ações e lhes

⁶ Weber, M.(1930), A Ética protestante e o espírito do capitalismo, Londres, Unwin.

confere sentido de organização da sociedade em seu conjunto, surgem da “racionalidade social”. Essa racionalidade leva conseqüentemente a uma ação social que segundo Weber pode ser dividida em: Racional segundo fins, valores; afetiva e tradicional. Ainda em relação aos tipos distintos de racionalidade, Weber distingue quatro: a Teórica, a Formal, a Instrumental e a Material ou Substantiva. Leff propõe a construção de uma racionalidade ambiental dentro dessas quatro dimensões e assinala que não seria uma simples ecologização dos modelos da sociedade moderna revelados por Weber:

“A racionalidade ambiental que orienta a construção da sustentabilidade implica um encontro de racionalidades. Nesse contexto, as contradições entre ecologia e capital vão além de uma simples oposição de duas lógicas abstratas contrapostas; sua solução não consiste em submeter à racionalidade econômica à lógica dos sistemas vivos ou em internalizar um sistema de normas e condições ecológicas na dinâmica do capital”. (LEFF 2006 pag. 249)

Continuando o raciocínio, o referido autor elabora quatro dimensões da racionalidade ambiental⁷, a saber: Racionalidade Ambiental Substantiva, Racionalidade Ambiental Teórica, Racionalidade Ambiental Técnica ou Instrumental e Racionalidade Ambiental Cultural.

Nesta perspectiva, na nossa análise de projetos de desenvolvimento local no Município de Rio das Ostras e especificamente os Planos de Manejo das UC's, as racionalidades propostas pelo autor estarão em relação indireta com às dimensões e critérios de sustentabilidades, e na identificação dos valores éticos incorporados. Somos conscientes do risco em cair numa pura simplificação e a necessidade de se expandir teórica e epistemologicamente em cima de tais conceitos. Para tanto, toda cautela é necessária diante dessa pretensão. Por isso escolhemos uma análise mais pontual em relação ao Plano de Manejo das Unidades de Conservação de Rio das Ostras e do projeto de urbanização e paisagismo da praia de Costa Azul.

Talvez a definição que mais corresponde a nossa perspectiva de racionalidade ambiental dentro da análise das sustentabilidades e valores na esfera local, seria aquilo que Leff afirma:

“A racionalidade ambiental, construída pela articulação de processos ecológicos, tecnológicos e culturais – com sua expressão em diferentes espacialidades e

⁷Para maiores detalhes consultar a obra do autor, onde ele detalhadamente expõe cada racionalidade. Nossa intenção seria trabalhar essas racionalidades, junto com dimensões e critérios apresentados, mas isso traria uma complexidade ao nosso trabalho que está além da sua proposta.

temporalidades - , assim como os princípios de diversidade cultural e equidade social em torno de objetivos de caráter mais qualitativo, impedem que se avalie a gestão ambiental do desenvolvimento como uma função objetiva generalizável e quantificável em uma unidade de medida.” (LEFF 2006, pág.263)

Inspirados na reflexão do autor, somos levados a acreditar que é na escala local, onde melhor se definem as racionalidades ambientais, que revelam estratégias de manejo sustentável dos recursos naturais e de outros aspectos relacionados com a sustentabilidade socioambiental. Na articulação entre diferentes economias regionais e locais com a ordem global é que se constrói a racionalidade ambiental.

Inserida numa crise de caráter cultural e civilizatória, sabemos que a mudança na construção de novos valores, baseados na sustentabilidade local, é um desafio a ser enfrentado pela ética socioambiental.

2.1.5

Sustentabilidade socioambiental local e territorialidades

O objetivo dessa reflexão será mostrar a importância da dimensão local e a formação de territorialidades voltadas para a sustentabilidade socioambiental no Município de Rio das Ostras. Buscaremos apenas abordar alguns pontos de nossa análise, trabalhando em cima daquilo que é denominado como territorialidades, construída através da perspectiva cultural dos atores e agentes municipais. Não é nossa intenção aprofundarmos na discussão do conceito de território⁸ e nem tão pouco das multiterritorialidades (RUA 2002).

Para reforçar a questão do território como fundamental para nosso trabalho, pois também se apresenta como fundamento para a questão ambiental, citaremos o Geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves, onde:

“Enfim o que está em jogo no desafio ambiental contemporâneo é a configuração territorial que haveremos de estabelecer e, assim, é toda a geopolítica que está implicada. Ou, dito de outra maneira, o desafio ambiental se coloca no centro do debate geopolítico contemporâneo enquanto questão territorial, na medida em que põe em questão a própria

⁸Em nosso trabalho anterior FONSECA(2001), trabalhamos a concepção de território segundo Claude RAFFESTIN(1993), onde *o território se forma a partir do espaço e é o resultado uma ação conduzida por um ator(...) em qualquer nível*(p.143). Aqui também usaremos essa concepção. Quanto a territorialidades trabalharemos segundo João RUA(2002, p.24) baseado em Rogério HAESBAERT(1995, p.177) como veremos adiante.

relação da sociedade com a natureza, ou melhor, a relação da humanidade, na sua diversidade, com o planeta, nas suas diferentes qualidades” (GONÇALVES 2006, pág.298).

Estamos usando o termo socioambiental, pois buscaremos sempre tratar da realidade do município como um todo, inter-relacionando as duas questões, pois acreditamos que separá-las seria cair no erro de uma visão fragmentada. A exemplo do uso da terminologia citamos:

“Um dos desafios que temos nos dias atuais é a superação da visão fragmentada da realidade, onde as questões sociais são tratadas separadamente da problemática ambiental. Essa esquizofrenia tem gerado inúmeros problemas, sobretudo quando a relação da pessoa humana com a natureza vem se distanciando pelo crescimento progressivo da cultura urbana e individualista. A ética ambiental vem procurando resgatar essa visão integradora da realidade socioambiental, pois ela é fundamental na compreensão global e local dos diversos fatores que fazem parte da relação humana com Deus, com a natureza e com a sociedade” (SIQUEIRA 2009, pag. 67).

Trataremos da questão do uso do espaço, na dimensão local⁹ e suas particularidades, relacionando-a com outras escalas importantes na formação das territorialidades. Acreditamos que os lugares “são a manifestação de suas identidades que, sobretudo, lhes concedem a existência” HISSA & CORGOSINHO (2006). A sustentabilidade e o desenvolvimento local aparecem como evidências de uma ação possível, mesmo sendo considerados conceitos merecedores de restrições quanto ao seu alcance explicativo para os problemas que a realidade nos apresenta. Tais restrições se explicitam em múltiplas abordagens analíticas, segundo RUA temos:

“Não podemos desvincular os projetos de desenvolvimento local, e também a formação de territorialidades, do processo de consolidação econômica e cultural da sociedade globalizada que se dá a todo o momento no tempo e no espaço. Tão pouco não podemos perder o senso crítico de que estamos ainda distantes de uma condição de equidade entre desenvolvimento e sustentabilidade, e que alguns modelos levam um discurso de equidade entre ambos, mas, na verdade, ocultam uma insustentabilidade socioambiental” (RUA 2007, pág.169).

Segundo SIQUEIRA, é na escala local e regional que podemos destacar a vivência prática de paradigmas inspiradores para a sustentabilidade:

“Sentimos uma necessidade urgente de pensar e agir, independentemente da extensão territorial da ação. Esta dicotomia entre global e local, pensar e agir vai aos poucos desaparecendo na medida em que as conseqüências são sentidas em todas as escalas, não sendo mais possível, em qualquer ação concreta, construir um processo sustentável, onde

⁹ Para SANTOS (2008), O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo (...) mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (p.322).

o agir “eticamente correto” não seja precedido de um pensar articulado e reflexivo, que seja capaz de levar em consideração inúmeros fatores que integram a realidade socioambiental.” (SIQUEIRA 2007, pág.162).

Assim nos lembra RUA quando aborda o município de Rio das Ostras afirmando que:

“As particularidades e singularidades do Município de Rio das Ostras se evidenciaram muito recentemente, principalmente com o processo de emancipação e com o acesso aos *royalties* pagos pela Petrobrás. O dinamismo da integração aos eixos de expansão da urbanização, ao turismo e veraneio, à especulação imobiliária, à estruturação do mercado de trabalho e à vinda de pessoas de fora do município para nele trabalhar apresentam desafios crescentes, que afetam a identidade territorial de seus habitantes” (RUA 2002, pág. 18).

Nesta perspectiva, o nosso desafio consiste em identificarmos os valores que estão presentes nos Planos de Manejo das Unidades de Conservação e marcam a identidade territorial do município de Rio das Ostras, sem perder o senso crítico de analisar a maneira como eles vêm sendo verdadeiramente materializados no espaço geográfico do município, tanto através da sua promoção pelo poder público, como da sua absorção pela população local. E neste último caso, não podemos desconsiderar o fato de que há uma parcela considerável de habitantes que são oriundos de outros municípios, como demonstraremos mais adiante. Assim consideramos que os sentidos de pertencimento, de valorização da ética e de outras dimensões da sustentabilidade, podem nos dar uma referência sobre as transformações que o município vêm passando em sua realidade territorial. De maneira paradoxal, as próprias relações socioeconômicas repletas de fluxos de pessoas, capitais e mercadorias e relações às vezes externas ao território local, em suas diversas escalas desde a intra-regional até a global, podem contribuir para um processo de incorporação de valores contrários a uma identidade territorial que não esteja baseada em valores de uma ética socioambiental.

Em sua análise sobre o Município de Rio das Ostras RUA (2002, p. 24) se apóia no conceito de territorialização proposto por HAESBAERT (1995, p. 177), sendo este o “processo que inclui as dimensões política e cultural, em que a paisagem (entendida como constructo social) tem lugar de destaque; Para o autor, o território qualifica, distingue e identifica”. A desterritorialização seria fruto de um processo relacionado mais diretamente com a dimensão econômica, através da abertura para a integração dos circuitos comerciais, turísticos e da perda dos

valores históricos, culturais e ambientais que caracterizam a identidade territorial do município. Já sobre conceito de reterritorialização, RUA nos recorda:

“Quando se percebem os” riscos “da desterritorialização (e a escola tem um papel fundamental nessa conscientização), amplia-se um movimento de resistência às perdas inerentes à “extroversão” (abertura do município aos elementos externos) relacionada ao desenvolvimento. A esse movimento dá-se o nome de reterritorialização. Ele deve fundamentar-se em redes de solidariedade, na busca de mais justiça social e menos exclusão, além da revalorização das “atrações locais ... algumas medidas no sentido de revalorizar símbolos locais, como por exemplo a figueira da praia, o poço da praça e alguns sítios históricos, servem para mostrar essa preocupação”. (RUA 2002, pág.25).

Nesse horizonte se destaca o papel fundamental da participação do poder público em conjunto com a população para estabelecer diretrizes de políticas públicas que possam valorizar a identidade do território local, impedindo que a desterritorialização destrua as marcas dos valores e símbolos que identificam com a singularidade do local, e, ao mesmo tempo, possa acolher o processo de reterritorialização, construído na preservação dos valores éticos e na abertura solidária com outras territorialidades distintas.

Nesta perspectiva é importante lembrar alguns valores que fazem parte da identidade territorial do Município de Rio das Ostras, a saber:

- a) A riqueza e a diversidade de paisagem natural existente nos limites territoriais do município (rios, mar, floresta atlântica, restingas, manguezais, paisagem antropizadas, etc). Reiteramos que faremos uma análise do Plano de Manejo das Unidades de Conservação e uma análise mais localizada na Unidade denominada Parque Municipal dos Pássaros.
- b) A opção de um sistema de educação fundamental de bom nível, considerado hoje como referência pelo MEC.
- c) O pioneirismo em incorporar na malha urbana (Costa Azul) um modelo de paisagismo ecossistêmico, hoje tido como referência nacional, mostrando que é possível reterritorializar uma área desterritorializada, com um ecossistema (restinga), que no passado integrava a paisagem costeira.
- d) A determinação e ousadia de integrar no currículo escolar os processos de educação ambiental formal e não-formal, sendo com isso pioneiro no Estado do Rio de Janeiro. Nesse caso trataremos de relacionar a

educação ambiental, a nível escolar e informal, relacionando-as com o “uso” do espaço referente à Unidade de Conservação Parque Municipal dos Pássaros.